

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.123 - SC (2019/0355292-0)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : NATÁLIA BRANCO LIBERATTO (PRESO)  
**ADVOGADO** : GREGOR GOEDERT DE OLIVEIRA - SC037269  
**RECORRIDO** : JUSTIÇA PÚBLICA

**EMENTA**

PETIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. INTERPOSIÇÃO DIRETAMENTE PERANTE O STJ. ERRO GROSSEIRO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DAS CONTROVÉRSIAS. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Trata-se de petição intitulada "recurso ordinário constitucional", com pedido de liminar, interposto por NATÁLIA BRANCO LIBERATTO diretamente perante este Superior Tribunal de Justiça (certidão de fl. 34), o qual se insurge contra a denegação da ordem de *habeas corpus* impetrada no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n.º 4030682-60.2019.8.24.0000).

Narra a Recorrente que:

*"[...] encontra-se presa em razão de flagrante pela suposta prática dos delitos previsto no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06 e art. 273, §1º-B, incisos I e V, do Código Penal.*

*A Recorrente encontra-se em Prisão Preventiva desde o dia 21 de agosto do corrente ano, foi apresentada defesa preliminar c/c com pedido de liberdade provisória, sendo denegado pelo juízo a quo, posteriori foi impetrado Habeas Corpus no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sendo a ordem também denegada, ordem esta que está sendo recorrida nesta peça recursal." (fl. 3)*

Ao final, pede:

*"a) conceder a medida LIMINAR, ante a existência de fumus boni iuris e periculum in mora, determinando a imediato TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL, em virtude da Exceção de Incompetência arguida pela defesa da Recorrente, para que os autos sejam remetidos a comarca de Balneário Camboriú, pelos fatos e razões já elencadas;*

*b) tornar nulas as provas eivadas de ilicitudes, ou seja, desentranhar do processo aquelas provas obtidas ilegalmente na invasão*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*do domicílio da Recorrente, sem o devido mandado de busca e apreensão, visto que conforme demonstrado pela defesa, foram obtidos ilegalmente por parte dos Policiais;*

*c) conceder também a LIBERDADE PROVISÓRIA da Recorrente, mediante imposição de MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, com a imediata expedição de ALVARÁ DE SOLTURA em favor da Recorrente, aguardando em liberdade para que possa responder ulteriores termos do processo-crime;*

*d) oficializar a autoridade coatora para prestar as informações de praxe, com posterior remessa dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça como regular prosseguimento do feito;*

*e) conhecer o pedido do RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL, para conceder o pedido de julgado do feito, tornando definitivos os efeitos da liminar concedida." (fls. 18-19)*

É o breve relatório do necessário.

Decido.

Não há como processar a insurgência, porquanto, além de evidenciar erro grosseiro o fato de apresentar a petição de recurso ordinário em *habeas corpus* diretamente perante este Superior Tribunal de Justiça, nem mesmo se preocupou o Causídico em instruir corretamente o feito, tendo juntado apenas à inicial o acórdão impugnado.

A propósito, já decidiu esta Corte que, "[d]iante da consolidação jurisprudencial pela racionalização do uso do *habeas corpus* e, buscando privilegiar o sistema recursal vigente, não se mostra razoável o atropelamento das regras atinentes ao recurso ordinário sob o argumento de aplicação do princípio da fungibilidade, ora, ou a defesa opta pelo recurso cabível na espécie seguindo o rito a ele imposto ou pela impetração de *mandamus substitutivo*. Ainda é entendimento predominante de que o recurso ordinário deve ser interposto perante o Tribunal de origem para posterior remessa ao Superior Tribunal de Justiça. Precedentes." (AgRg no RHC 85.413/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017).

No mesmo sentido:

**"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. VARIEDADE DE DROGA APREENDIDA. REITERAÇÃO DELITIVA. PRESENÇA DE ADOLESCENTE. MEDIDAS CAUTELARES**

**DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.**

**1. A interposição do recurso ordinário em habeas corpus diretamente neste Tribunal impede o conhecimento do feito. Entretanto, em se tratando de situação em que há réu preso, supera-se tal óbice para analisar se há a alegada teratologia no decreto prisional, o que ensejaria a concessão da ordem de ofício.**

[...]

**6. Recurso ordinário não conhecido." (RHC 96.158/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 24/08/2018)."**

Não há falar, tampouco, na possibilidade de análise da petição, a fim de verificar se é possível a eventual concessão da ordem de ofício, na medida em que, como dito, o Causídico não instruiu corretamente os autos, tendo acostado apenas o acórdão recorrido. Não trouxe nenhuma das decisões do juízo de primeiro grau, essenciais para o deslinde das controvérsias suscitadas (competência, prisão preventiva, alegada nulidade do ingresso no domicílio).

Como se sabe, compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso) – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso) "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito dos pedidos.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora